



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e seis membros, verificando-se a ausência dos Deputados **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, que justificaram as respetivas faltas por motivos profissionais. -----

Os Presidentes da Junta de Freguesia de Arcos e da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira fizeram-se representar, respetivamente, por **Maria Emília Amorim Marques Moreira** (Tesoureira) e **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário que a Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa** pediu a suspensão temporária de mandato, tendo sido convocado o cidadão subsequente na lista, **Micael Lamego dos Santos**. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram quinze horas e cinco minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Gisela Catarina Pereira dos Santos** e **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que substituiu o secretário **Álvaro Correia Soares Martinho**. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **José Carlos Oliveira da Silva**, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Carlos Martins dos Santos Portugal**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes, os que assistiam em videoconferência bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 140



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal informou que antes de passarem à leitura da convocatória e, conforme transmitido por *e-mail*, a pedido do Presidente da Câmara, tinha sido remetida documentação respeitante ao projeto dos estatutos referente ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço, o qual foi aprovado na reunião do órgão executivo, realizada a dezassete de junho do ano de dois mil e vinte e dois, e em função da pertinência e urgência na aprovação desta matéria solicitou, se possível, que o mesmo fosse presente nesta reunião da sessão ordinária do órgão deliberativo, em virtude de não constar na Ordem do Dia, a fim de o plenário deliberar sob a sua inclusão, com base no disposto no n.º 2 do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Para tal, era necessário proceder à alteração da Ordem de Trabalhos, sugerindo a introdução deste ponto como o número três, passando o “Outros assuntos de interesse para o Município” para o ponto quatro, e caso obtivessem a anuência de dois terços dos presentes o assunto integraria a Ordem de Trabalhos. -----

Questionou os Deputados se queriam algum esclarecimento prévio sobre o processo de introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos. Não havendo, passaram à votação do Plenário para a introdução deste ponto como sendo “*apreciação, discussão e votação da proposta de criação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal e aprovação dos respetivos Estatutos, conforme a alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, se encontrava *offline*. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, já com a introdução deste ponto, e na qual constava a seguinte: -----

### ===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 141



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**PONTO UM:** Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração n.º 7, alteração modificativa n.º 1 ao Orçamento das despesas e das receitas para o ano financeiro de 2022 e da alteração n.º 7, alteração modificativa n.º 1 do Plano de Atividades Municipal de 2022** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação, discussão e votação da **proposta de criação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal e aprovação dos respetivos Estatutos** [cfr. alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO QUATRO:** **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois. O Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da "Ordem do Dia" e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido. Não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo "*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*". Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. De referir que o Deputado **Micael Lamego dos Santos**, a **Tesoureira da Junta de Freguesia de Arcos** e os **Presidentes das Juntas de Freguesia de Tabuaço e de Valença do Douro**, se abstiveram de votar pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo referido que tal como aconteceu anteriormente, a legislação decorrente da pandemia COVID-19, previa, até ao final de junho, algumas condicionantes para

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 142



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

salvaguardar todos os intervenientes nas reuniões, frisando que na convocatória, bem como no respetivo edital, estava mencionado que os cidadãos que pretendessem intervir na reunião deveriam ter enviado até às doze horas e trinta minutos do dia vinte e três de junho do ano de dois mil e vinte e dois, *e-mail* (no qual constasse o nome, morada e contacto telefónico) a dar conta desse facto, podendo optar por uma das seguintes modalidades: remeter o ficheiro em formato MP3, WMA ou WVA da comunicação previamente gravada que pretendessem realizar ou efetuar a inscrição e solicitar a emissão de credencial para intervir através de videoconferência. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que não houve nenhuma inscrição a solicitar intervenção na reunião, contudo a reunião estava a ser transmitida *online* pelo que os cidadãos teriam a possibilidade de assistir aos trabalhos que se iriam desenrolar durante a sessão da reunião. -----

Continuando com a ordem de trabalhos, deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois e esta, nomeadamente alguma publicidade e publicações. -----

Referiu ainda que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de abril e esta, e que se encontravam disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito o Deputado **Cristofe Pedrinho** para congratular o Município de Tabuaço por o projeto do qual o Município de Tabuaço fazia parte, ter vencido em Bruxelas a candidatura "Cidade Europeia do Vinho 2023". -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu as palavras do Deputado **Cristofe Pedrinho**, referindo que neste processo de candidatura a Capital Europeia do Vinho 2023, se apresentaram todos os dezanove municípios durienses que constituem a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro), com o projeto "*All Around Wine, All Around Douro*". Disse ainda acreditar que esta atribuição iria ser uma alavanca para o desenvolvimento da economia da região do Douro, pois traria notoriedade e projetava a região a nível internacional,

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 143



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

numa altura em se comemoravam os vinte anos da elevação do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às dezasseis horas. -----

Retomando os trabalhos agendados o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um da ordem do dia** e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por fazer o ponto de situação relativamente à transferência de competências na área da educação, da qual falaram na reunião de abril e cujos problemas se mantinham. Passados dois meses, a Escola continuava a insistir que o valor que o Município iria receber do Estado era inferior ao valor que, eventualmente, iria ser gasto. Disse que transferiam para a Escola um valor superior, dividido em duodécimos, do que aquele que iriam receber desde abril até ao final do ano. Comunicou à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), para além de todas as outras situações que continuavam a ter com o fornecimento das refeições e com a qualidade do edificado. Relativamente a este último assunto tinha informado, na semana anterior, à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) o ponto de situação, para que pudessem transmitir à DGEstE o estado em que a Escola se encontrava, o ano de construção, as principais mazelas e qual o valor de intervenção que entendiam necessária, sendo que, entretanto, iriam avançar com um projeto de intervenção na Escola. Acrescentou que iria continuar a transmitir o ponto de situação relativamente a esta transferência de competências e quando conseguisse reunir, pela primeira vez, com a comissão de acompanhamento e monitorização, faria chegar essa informação à Assembleia Municipal. -----

Continuou, referindo que lhe parecia importante dar conhecimento que durante os últimos dois meses tiveram reuniões com os Presidentes das Juntas de Freguesia e duas entidades, a Energias de

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 144





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portugal (EDP) e a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM). Na reunião com a EDP estiveram presentes o Administrador da Região Norte da EDP Comercial, o Eng.º Francisco Campilho, e a sua equipa, para discutirem a situação da iluminação pública no concelho e as estratégias para o futuro. Foram feitas, por parte dos Presidentes ou representantes das Juntas de Freguesia/Uniões das Freguesias, alusões aos principais problemas vivenciados nos últimos anos e, apesar de algumas melhorias em diferentes áreas do serviço prestado pela EDP, também entendiam que na maior parte das vezes os problemas acabavam por estar nos agentes intermediários. Contudo, ficou extremamente satisfeito pelo facto de nos novos contratos feitos pela EDP entre esses concessionários ou empreiteiros estar já devidamente plasmado que o não cumprimento dos prazos de reclamação seria alvo de penalizações para esses empreiteiros ou subempreiteiros. Acreditava que esse facto iria melhorar grandemente a qualidade dos serviços prestados. Relativamente à reunião com a ANACOM, referiu que na mesma foram apresentadas, pelo seu Presidente, as conclusões de um relatório intitulado “Avaliação do Desempenho de Serviços Móveis e Cobertura GSM, UMTS, LTE e NT”, no Município de Tabuaço. Esse relatório apresentava os resultados dos testes realizados pela ANACOM, entre 10 e 11 de março de 2022, no Município de Tabuaço, para avaliar o desempenho dos serviços de comunicações eletrónicas e verificar os níveis de cobertura radioelétrica 2G, 3G, 4G e 5G, dos sistemas de comunicações móveis dos operadores MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., NOS Comunicações e Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais. Nessa sessão, o Presidente da ANACOM mostrou as zonas do concelho mais problemáticas nesses diferentes níveis e transmitiu que pretendiam resolver esses problemas no futuro, visto que o Governo, com a colaboração da ANACOM, estava a preparar o lançamento de um concurso para assegurar a cobertura dessas zonas em todo o país. Foi ainda transmitido que o leilão do 5G iria trazer melhorias e grandes diferenças ao país em termos de cobertura e concorrência, tendo sido estabelecidos pela ANACOM três objetivos com o leilão, nomeadamente: os operadores que ganhem licenças serão obrigados a cobrir noventa por cento das freguesias do país com baixa densidade populacional com Internet a 100 Mbps; as empresas poderão assegurar a cobertura através de *roaming* nacional, sendo que os operadores que utilizem a rede de outrem terão de pagar por essa utilização; introdução de concorrência no país, passando dos atuais três operadores móveis para seis, sendo que um será um operador grossista, e isso trará benefícios em termos dos preços e da qualidade das ofertas. -----

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 145



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que teve reuniões por causa do fecho do quadro comunitário de apoio, respeitantes à questão da “sobra nula”. Era uma situação preocupante, não apenas para Tabuaço, mas para todo o país, fruto do aumento completamente desproporcional de preços e que de uma forma manipulada acabava por ter reflexos na própria concretização do quadro comunitário de apoio. Essa oscilação de preços levava a que as empresas tivessem dificuldades em apresentar orçamentos o que se refletia em muitos concursos de obras ficarem desertos em diversos Municípios. E essa foi uma das preocupações manifestada por todos os Municípios e também pela Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa. Nessas reuniões também voltaram a referir que o *overbooking*, o dinheiro que eventualmente iria sobrar do quadro comunitário de apoio, era uma falácia. Em primeiro lugar porque, mais uma vez, essas regras do *overbooking*, quer pela maturidade quer pela dimensão dos projetos, iriam, mais uma vez, beneficiar as grandes Câmaras. Contudo, grande parte desse dinheiro vem para Portugal e para o norte do país por serem um território de convergência, pelo facto de estarem abaixo da média económica da comunidade europeia e isso devia-se a municípios que tal como o de Tabuaço são de baixa densidade. Outra questão abordada foi a relacionada com as previsões para o próximo quadro comunitário de apoio, Portugal 2030, que em linhas gerais tinha foco na sustentabilidade ambiental e no apoio a projetos de eficiência energética, visto que o Portugal 2030 destinava cerca de trinta por cento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e mais de oitenta por cento do Fundo de Coesão à promoção da sustentabilidade ambiental, à aposta na transição digital e a respostas ao nível da inclusão social. Na sua opinião o valor ambiental e o retorno ambiental de um determinado projeto em Municípios como o de Tabuaço é completamente diferente da de Municípios como o de Vila Nova de Gaia ou de Valongo, onde eventualmente será relativamente mais fácil conseguirem fazer perceber uma mais-valia ambiental de um determinado projeto. -----

O Presidente da Câmara acrescentou ainda que, na semana passada, tiveram a apresentação dos projetos de enoturismo e do “Idoso Ativo”. Relativamente a este último, espera que, para além de ser um projeto pioneiro e piloto, pudesse ser alargado dentro do concelho de Tabuaço a mais idosos mas também dentro da esfera de ação da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro), uma vez que se tratava de um projeto que poderia ser fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. -----

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 146



*Handwritten signature*

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deu nota que houve eleições na Régiefrutas – Cooperativa Agrícola de Interesse Público Távora – Varosa, CIPRL e que, à semelhança do que acontecia no passado, o Município de Tabuaço continuava a fazer parte dos órgãos sociais. -----

Deixou uma ressalva para a Associação Juvenil Abel Botelho do Concelho de Tabuaço (AJAB), pelo facto de, mais uma vez, fruto da dinâmica imposta e da estratégia ter um reflexo prático na concretização da vitória das taças de juniores “C” e “D”, na modalidade de futsal, da Associação de Futebol de Viseu. -----

Por último, o Presidente da Câmara realçou a festa de São João que, ao fim de mais de dois anos sem atividades culturais, acabou por desbloquear uma série de atividades, dando uma imagem de dinâmica. Tendo, entre outros eventos que decorreram entre abril e junho, destacado a festa do Sabugueiro em Flor, na Granja do Tedo, a prova de Bicicleta Todo-o-Terreno (BTT) realizada em Sendim, a festa da cereja que decorreu em Távora, a festa em honra de Santa Bárbara, São Cristóvão, São Plácido e São Torcato, em Tabuaço e o passeio de motorizadas que percorreu algumas freguesias do concelho. Acrescentou que, felizmente, e independentemente de continuarem a sofrer um fluxo demográfico negativo, continuavam a ter as Juntas de Freguesia/União de Freguesias, as associações e comunidade que continuavam a criar uma dinâmica cultural, associativa e de programação que não ficava nada aquém de qualquer outro Município vizinho ou Município de maior dimensão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para referir que antes de entrar nas questões de fundo abordaria uma questão que lhe era bastante sensível, que era a possibilidade que lhe davam para exercer o mandato de Deputado Municipal nas melhores e nas devidas condições. Teve um pedido de desculpas por parte do Executivo após a reunião transata, mas continuava sem receber qualquer tipo de informação no que concernia aos assuntos que submeteu e que lhe permitiam trabalhar, dignificar e exercer com as devidas condições o seu trabalho nesta Assembleia Municipal e neste Município, porque a Assembleia Municipal não se limita à realização das suas sessões, mas sim

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 147





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

um trabalho continuo que podia ter comissões de trabalho, pedidos de informação, intervenções de outra forma por parte dos Deputados. E isso estava a ser-lhe impedido e tinha pena que isso estivesse a acontecer. O seu primeiro pedido foi em três de março deste ano e passados quase quatro meses ainda não tinha obtido qualquer resposta. Disse que um dos princípios no qual acreditava e que o levou a concorrer foi o da transparência e para poder trabalhar com transparência precisava de ser informado e de ter instrumentos de trabalho quando os solicitava. Portanto, isto não era propriamente uma intervenção, era um pedido encarecido de que essas situações não continuassem a subsistir, porque não queria ter que comunicar este tipo de situações a outras entidades. -----

De seguida, referindo-se apenas aos pontos que foram mencionados pelo Presidente da Câmara, disse que relativamente à transferência de competências na área da educação, na sua esfera de influência e se lhe fosse possível teriam continuado a rejeitar tudo aquilo que estava em causa, à semelhança do que foi feito por outros Municípios como o do Porto, por exemplo. Não acredita neste tipo de transferência ou delegação de competências, porque, segundo ele, isto não os iria levar a absolutamente nada, iria ser uma confusão tremenda, uma carga de trabalhos para a Câmara Municipal, iriam ser mais verbas colocadas pela Câmara Municipal. Relativamente às promessas da ANACOM, que estavam vertidas legalmente, esperava que fossem exequíveis, mas sabia como funcionavam as entidades reguladoras neste país. E poderia enumerar inúmeras leis que não tinham sido cumpridas, desde a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), até à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), e que já estavam em vigor há muito tempo. O que estava em causa eram serviços de interesse público geral, pelo que esperava, sinceramente, que realmente a entidade reguladora, neste caso a ANACOM, fizesse cumprir às operadoras essas tais disposições legais. -----

Depois, quanto às questões que queria colocar ao Presidente da Câmara, a primeira tinha a ver com a situação da Sociedade Beleza do Monte, Lda., na medida em que as informações disponibilizadas na informação escrita eram insuficientes. Disse saber, por algumas pessoas que se hospedaram no hotel, que os quartos eram realmente agradáveis, mas os espaços comuns estavam num estado avançado de degradação e de sujidade. Aquilo que se apercebeu foi da postura da Câmara Municipal, e muito bem, porque havia pouca transparência na demonstração dos dados apresentados e, inclusive, alguns



*[Handwritten signature]*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

suscitaram algumas dúvidas a quem esteve na reunião, na medida em que segundo lhe pareceu a fraca atividade em causa do hotel provavelmente relativamente ao espaço temporal a que correspondia a apresentação de contas e os dados apresentados pelos vistos não foram e não estavam de acordo com aquilo que a Câmara Municipal estaria à espera. -----

Outra questão prendia-se com a situação do funcionário que foi condenado em processo-crime, queria saber se a ação já tinha transitado em julgado e se foi ou não instaurado ao funcionário o respetivo processo disciplinar, obrigatório neste tipo de situações, que podia e devia decorrer de forma autónoma ao processo-crime. -----

Questionou, também, relativamente às importâncias despendidas com a operação de acolhimento de refugiados e ajuda à Ucrânia até à presente data. Gostava de saber se o projeto Porta Aberta já estava efetivamente em funcionamento para que não fosse só a Câmara Municipal a arcar com todas as despesas. Referiu que independentemente de ser o primeiro a apoiar este tipo de iniciativas, não se podiam esquecer e, provavelmente, já tinham ouvido falar destas questões, que tinham que ter cuidado com a fadiga das populações. Pois estavam a passar uma situação económica crítica, de subida da inflação, de subida de taxas de juro e conseqüente. -----

Outra questão que também lhe suscitava dúvidas, pois não esteve presente no início da última reunião, tinha a ver com a Plataforma Mercado de Tabuaço. Não estava em causa o mérito da decisão tomada, mas gostaria de ter os elementos essenciais para poder discutir melhor o assunto. Pelo que, gostava de saber em que âmbito e qual a natureza do(s) contrato(s) celebrado(s) e se houve ou não concurso público, porque entendia que os valores em causa eram exorbitantes, e pretendia ainda perceber qual o lapso temporal, uma vez que no primeiro ano o valor foi de cerca de vinte mil euros, acrescidos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA). -----

Conclui esta intervenção, fazendo alusão que poderia ter solicitado estas informações por escrito, pois havia situações que era extremamente desnecessário tê-las trazido à Assembleia Municipal, pelo que pediu desculpas por se ter alongado, mas tendo em conta o que lhe tem acontecido achou melhor ser assim. Esperava que a situação melhorasse e agradecia igualmente ao Presidente da Assembleia Municipal uma tomada de posição relativamente a esta questão, pois estava em causa uma questão de



*N. Paiva*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

legalidade. Como Deputado apenas pretendia trabalhar e dignificar o órgão ao qual pertencia e fazer o melhor pelo concelho. -----

Usou da palavra o Presidente da Câmara para esclarecer e responder à interpelação feita pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** acerca dos pedidos de informação tendo dito que na sequência da última reunião ele próprio enviou o *e-mail* de pedido de desculpas ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e solicitou urgência nos serviços para que fossem prestadas as informações solicitadas, pelo que teria que reforçar esse pedido junto dos serviços. Não existia, por parte do Município, nenhum problema em facultar a informação solicitada à época e que estava relacionada com os valores gastos com a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, dos valores em causa com a operação de acolhimento de refugiados e ajuda à Ucrânia, e do funcionamento de alguns equipamentos do Município, nomeadamente algumas Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) do concelho. Portanto, mais uma vez, reafirmou o pedido de desculpa. -----

Relativamente à questão da transferência de competências na área da educação tinha exatamente a mesma opinião. O grande problema foi que o Governo impôs, pelo que tiveram que o aceitar ou estaria a Câmara Municipal e a sua pessoa a cometerem uma ilegalidade e poderiam ser penalizados por estarem a desrespeitar aquilo que por legislação lhes foi imposto a partir de abril do corrente ano. -----

No que concerne à questão da ANACOM, referiu que esta entidade reguladora acabava por estar maioritariamente, ou quase na totalidade das vezes, do lado do Município como, por exemplo, aconteceu com a situação dos CTT – Correios de Portugal, S.A., pelo que acreditava que o facto de neste novo concurso estarem plasmados os objetivos impostos pela ANACOM com a obrigatoriedade de cobertura e da qualidade do sinal permitir o tráfego até 100 Mbps, que era quatro vezes mais do que tinham atualmente, acabava por ser um acréscimo ou uma melhoria bastante grande relativamente aquilo que acontecia até ao período em que este concurso iniciou. -----

No que respeitava à questão Sociedade Beleza do Monte, Lda., referiu que o sentido de voto que tiveram na última assembleia geral dessa entidade se deveu ao facto de, atendendo à complexidade da situação, terem solicitado uma avaliação das contas quer internamente aos serviços da Divisão



*Man*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Financeira quer ao Revisor Oficial de Contas (ROC), sendo que poderia fazer chegar a informação que resultou dessa reunião entre os serviços do Município e o ROC. -----

Em relação à questão da Ucrânia e aos valores despendidos com a operação de acolhimento de refugiados, referiu que se tratava de uma questão complexa. Sempre achou que a questão da solidariedade deveria ser muito mais diluída no tempo e que as pessoas rapidamente iriam começar a olhar para outro tipo de situações. Teriam de estar preparados para o facto de haver algum tipo de contestação na comunidade, de começarem a fazer comparações entre a igualdade de oportunidades e a questionarem-se porque é que uns tinham determinados benefícios e outros não. Contudo, a realidade mantinha-se a mesma, estavam a falar de pessoas que foram forçadas a abandonar tudo, que ficaram com a vida completamente destruída. E essa era a principal preocupação do Executivo, que desde o início entendeu colocar meios à disposição para o acolhimento dos refugiados. Referiu que, em relação ao projeto "Porta Aberta", os proprietários das habitações, onde estão alojados os mais de trinta ucranianos que vivem atualmente no concelho, já tinham o seu próprio processo de concurso no sentido de conseguirem que deixasse de haver um custo para a Câmara e que passasse a haver essa comparticipação. Referiu que algumas das pessoas pertencentes à comunidade ucraniana já se encontravam a trabalhar, por forma a que realmente houvesse uma maior integração durante o período em que aqui estavam. Relativamente aos apoios que recebiam, as situações eram avaliadas de acordo com o próprio rendimento, e parte dessas pessoas também foram reencaminhadas para a situação dos apoios sociais através da Segurança Social. -----

Relativamente à questão da plataforma Mercado de Tabuaço referiu que iria fazer chegar ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** o solicitado, tendo ainda referido que à semelhança do Mercado de Tabuaço como em todas as contratações, prezavam-se por cumprir de acordo com o que lhes era transmitido pelos serviços do Município e nos quais confiava plenamente. De qualquer forma a decisão final e o mérito de cada uma iria sempre depender da posição da Câmara Municipal e do seu Executivo. -----

O Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção solicitando a quem secretaria a Assembleia Municipal para que na sequência dos pedidos de informação e ou esclarecimentos apresentados pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*W/O*

Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, quer no passado quer no decurso desta reunião, lhe fosse remetido um *e-mail* para que os serviços pudessem prestar as informações solicitadas. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o **ponto dois** sobre a apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração n.º 7, alteração modificativa n.º 1 ao Orçamento das despesas e das receitas para o ano financeiro de 2022 e da alteração n.º 7, alteração modificativa n.º 1 do Plano de Atividades Municipal de 2022.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que se tratou de uma alteração que, no fundo, implicou a entrada de um valor que rondava os quatrocentos e cinquenta e oito mil euros, que ia desde abril até dezembro, relativo à transferência de competências e a saída desse valor para as diferentes vertentes e áreas. Aproveitaram ainda para fazer a incorporação do saldo de gerência no valor de cento e vinte e sete mil euros, mas neste caso não houve nenhum tipo de alteração no valor do orçamento, até porque esse valor acabou por ter um decréscimo direto em outras rubricas no mesmo valor. Continuou dizendo que para algum esclarecimento adicional poderiam solicitar a presença da Chefe da Divisão Financeira, a Dr.ª Fernanda Lamas, para eventualmente os esclarecer. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e a abstenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira.** -----

Posteriormente, passou-se ao **ponto três**, que foi introduzido conforme deliberação do Plenário no início dos trabalhos e que era concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta de criação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia Intermunicipal e aprovação dos respetivos Estatutos.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 152





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara fez um breve enquadramento dizendo que no anterior mandato houve a oportunidade de fazerem uma candidatura para a criação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC), decorrente de tudo aquilo que tinha sido a problemática da recolha dos animais abandonados e da limitação quanto à colocação de animais nos canis. Referiu que à época lhes foi proposto pelo Governo fazerem a candidatura com os Municípios de Armamar e de Moimenta da Beira, sendo que na altura sugeriram também com Sernancelhe, mas foi-lhes dito que teria uma lógica geográfica mais sustentável haver uma candidatura dos Municípios de Sernancelhe, Penedono e São João da Pesqueira. Assim, elaboraram a candidatura e fruto da disponibilidade imediata de terrenos e também uma gestão orográfica e de ligação entre os três Municípios, a candidatura foi feita através do “cabeça de fila”, neste caso, Moimenta da Beira. A candidatura foi aprovada e cada um dos Municípios tinha a sua comparticipação na construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, que já se encontrava em fase de conclusão. Agora necessitavam de criar um modelo de gestão, que seria feito através da criação de uma associação de Municípios entres estes três concelhos. No fundo, era uma situação que obrigava, e muito bem, a aceitar quer os estatutos da própria associação em si, quer também a integração do Município. Referiu que a criação deste Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia iria ficar muito aquém das necessidades deste território composto por Tabuaço, Armamar e Moimenta da Beira, mas teriam que começar por algum lado e era fundamental terem a funcionar este CROAC o mais rapidamente possível pelo que solicitava a aprovação, por parte da Assembleia Municipal. Concluiu dizendo que se necessário fosse algum esclarecimento adicional poderia ser solicitado ao Vice-Presidente, que era quem estava a conduzir todo este processo, e estaria disponível para prestar esses eventuais esclarecimentos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate, tendo usado da palavra o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para solicitar esclarecimentos sobre qual o âmbito desses estatutos. Queria saber se o documento ainda era suscetível de alteração ou se já tinha sido decidido entre os três Municípios que ficaria assim. Disse que, como era óbvio, não iria deixar de aprovar, mas havia dois reparos que gostaria de fazer. Um era no n.º 4 do artigo 13.º, que falava das sessões ordinárias da assembleia intermunicipal e a forma como o artigo estava escrito dava a impressão que não se tratava de sessões ordinárias, mas extraordinárias, porque dizia que a primeira sessão era para aprovar dois assuntos e a

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 153



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segunda, em novembro, para aprovar mais dois assuntos. Dava a sensação de que as duas reuniões ordinárias estavam limitadas aos quatro assuntos epigrafados no n.º 4 do artigo 13.º. Na sua opinião não devia estar escrito dessa forma, mas devia ser com cláusula aberta, "...nomeadamente, entre outros assuntos que serão discutidos serão obrigatoriamente estes e estes." O outro reparo era no n.º 3 do artigo 15.º que referia "as deliberações são tomadas por maioria dos órgãos presentes" e provavelmente queriam dizer membros e não órgãos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que mencionou não ver nenhum inconveniente, antes pelo contrário. Pelo que sugeriu que essas correções fossem apresentadas e que aquilo que aprovassem, caso assim o concordassem, fosse já com essas correções. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao Deputado **Cristofe Pedrinho** que referiu, ter uma dúvida, pois não sabia se legalmente e juridicamente poderiam fazer essas alterações dos estatutos, até porque não sabiam, e possivelmente o Presidente da Câmara poderia dar-lhes essa informação, se esses estatutos já tinham sido aprovados nas outras duas Assembleias Municipais. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal disse que não sabiam até que ponto teria os estatutos já sido alvo de aprovação nos Municípios de Moimenta da Beira e de Armamar, e até eventualmente nas respetivas Assembleias Municipais. Era uma questão a apurar. Não obstante, sugeriu questionar o Município de Moimenta da Beira, que possivelmente seria o Município que estaria com o processo em mãos, sobre a possibilidade dessas sugestões serem ainda atendidas. -----

Retomando a palavra, o Presidente da Câmara afirmou que os estatutos já tinham sido aprovados pela Assembleia Municipal de Armamar, e que pensava que reunião da Assembleia Municipal de Moimenta da Beira ainda não se tinha realizado. Continuou dizendo que concordava com as alterações sugeridas, e sugeriu que aprovassem os estatutos desta forma, de forma a permitirem já a constituição da associação e eventualmente proponham depois essas alterações aos outros dois Municípios para que na próxima reunião da Assembleia Municipal, em setembro, possam fazer a aprovação já com essas alterações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Nuno*

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal acolheu a sugestão feita pelo Presidente da Câmara, tendo solicitado ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que fizesse chegar à Mesa, quando lhe conviesse, as sugestões, que posteriormente as faria chegar ao Presidente da Câmara, para que seguissem os trâmites normais nestas questões e caso os outros dois Municípios as considerassem pertinentes seriam integradas numa próxima reformulação dos estatutos ou numa próxima revisão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal indagou o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** se estaria nessa disposição de fazer chegar essa proposta, tendo a resposta, sido afirmativa. -----

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado, por unanimidade. De referir que no momento da votação, o Deputado **Artur Pina Martins** não se encontrava presente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto quatro - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

No uso da palavra o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** começou por dizer que iria mais uma vez insistir na questão das obras do mercado, em Sendim, e que esperava que a mesma fosse igualmente comungada pela Junta de Freguesia de Sendim. Questionou o Presidente da Câmara para quando a finalização do espaço do mercado. Havia equipamentos que estavam evidentemente degradados, como os bancos e as mesas que foram instalados em madeira e que precisavam de manutenção urgente, independentemente de a empresa finalizar ou não a obra. Ainda relativamente à freguesia de Sendim, chamou a atenção da Junta de Freguesia para uma paragem de autocarros localizada no centro do mercado que não tem um dos vidros há mais de cinco anos, tendo dois plásticos a substituir o vidro. Já lhe foi dito que o vidro iria ser colocado há meses, mas infelizmente a situação mantinha-se. -----

Terminou a sua intervenção referindo que uma outra questão, um bocadinho mais grave e profunda, refletia a ressonância que ouvia de vários munícipes, que tinham queixas reiteradas relativamente a processos de licenciamento de construção. Não estava dentro da Câmara Municipal, pelo que não

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 155



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Nuno*

sabia o que se passava, mas sabia que as pessoas se queixavam por acharem o tempo demasiadamente exagerado para conseguirem obter o licenciamento. Disse achar que estas situações não se deviam ao volume de pedidos de licenciamento que, infelizmente, não deviam ser assim tantos. Na sua opinião se queriam fixar população esta era uma das questões que teriam de resolver. -----

Não havendo mais intervenções por parte do Plenário o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que, relativamente às questões levantadas relativas às obras do mercado, já aqui tinham abordado esse assunto, pelo que aproveitava para solicitar ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** que quando fossem questionados pelos munícipes que transmitissem que para além de já terem solicitado à empresa, à semelhança daquilo que disse na última reunião, foi também já solicitado aos serviços técnicos para que agendassem uma vistoria parcial para que seja oficialmente transmitido à empresa aquilo que já referiram oficiosamente. Compreendia que todos queriam as coisas prontas o mais rapidamente possível, mas também todos tinham a perceção que muitas das vezes em obras públicas acabavam por acontecer algumas irregularidades que acabavam apenas por ser resolvidas em sede de vistorias parciais ou finais. Deu o exemplo do Posto da Guarda Nacional Republicana onde ainda existiam alguns pormenores que tinham que ser feitos ou regularizados e que apenas iriam acontecer aquando dessas vistorias finais. Disse que gostaria que as obras do mercado fossem resolvidas rapidamente. Relativamente aos materiais que se vão deteriorando disse que, aquando dessas vistorias, desde que decorram dentro do prazo legal, esses materiais poderiam eventualmente ser substituídos. -----

Relativamente à questão da paragem de autocarro, também já tinha sido abordada pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, e enquanto ouvia a intervenção tentou perceber qual o ponto de situação relativo a esse assunto e foi-lhe transmitido que o vidro estava nos serviços de armazém para ser colocado. Portanto seria uma questão de dias para essa situação ficar resolvida. -----

No que concerne à questão das obras particulares, já aqui tinham concordado no passado que existiam situações que podiam melhorar. Referiu que estavam a tentar ultimar um procedimento interno, a tentar

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 156



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocá-lo em prática no sentido de otimizar e cortar alguns processos que eventualmente podiam por vezes demorar um bocadinho mais o pedido de licenciamento. Contudo, tinham que entender que apenas uma pequena quota-parte das coisas dependia do Município. Tal como já tinha sido referido anteriormente, o facto de parte do território ser Património Mundial, de grande parte da sua quase totalidade do território ser zona especial de proteção (ZEP) desse Património Mundial levava a que houvesse diversas entidades a ter que emitir pareceres, pareceres esses que eram vinculativos aos licenciamentos. E muitas das vezes essas entidades colocavam diversos problemas e levavam quase sempre até ao limite os prazos legais, que andavam sempre na ordem de um mês de cada vez que era solicitada a emissão de um parecer. Pareceres esses que, muitas das vezes não eram favoráveis. Não estava com isto a tentar desculpabilizar-se daquilo onde tinham uma quota-parte de culpa, e, que estavam a tentar melhorar, por entenderem ser um setor fundamental. Era o setor que mais queixas ou que mais visibilidade podia dar ao Município, por ser aquele que lidava diariamente com os munícipes. Contudo grande parte dessa quota-parte não dependia apenas do Município, apesar de ser o Município que enviava os ofícios e que dava a cara, o que levava as pessoas a colar, os pareceres não favoráveis e as exigências colocados por outras entidades, ao Município. Acreditava que a breve trecho iriam ter evoluções bastantes positivas, até porque muitas das vezes dependiam mais da organização interna do que da capacidade ou da vontade dos funcionários. Acreditava que essas mudanças positivas não iriam ser só a nível do procedimento da Câmara Municipal, mas também mesmo a nível das entidades, até porque havia uma intenção da Direção Regional da Cultura do Norte e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de diminuir os níveis de exigência das ZEP, sendo que os níveis de exigência iriam ser maiores consoante a proximidade do Douro. -----

Terminou a sua intervenção apelando tal, como anteriormente, que quando interpelados pelos munícipes, conforme referido pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que tentassem de alguma forma transmitir o que acabara de referir e que ia na sequência daquilo que o Município tentava levar a cabo para melhorar as situações. Tendo, também, a perceção e fazendo ele próprio *mea culpa* de que nem sempre as coisas corriam tão rapidamente como gostariam ou pretendiam. -----

ATA 06 || 2021.2025 Fls. 157





*Handwritten signature*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Seguidamente a Secretária, Gisela Catarina Pereira dos Santos, leu a minuta da ata que após votação foi aprovada, por unanimidade. De referir que no momento da votação, o Deputado **Artur Pina Martins** não se encontrava presente. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e vinte e cinco minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,** -----

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO,** -----

*Handwritten signature: Manoel Paulo Pereira*

**A SEGUNDA SECRETÁRIA,** -----